

# Parlamentarismo em pauta

**Parlamentarismo com Collor.** Esta é uma das bandeiras que surgem neste novo Congresso, cuja maioria se declara independentes mas que não vai prescindir de uma troca de interesses com o Executivo. A tendência parlamentarista só alteraria o sistema de governo — avaliam deputados e senadores — com o apoio do Palácio do Planalto. Isto dentro de um Legislativo novo em termos. Apesar de substituir 63% dos parlamentares eleitos em 1986, boa parte dos que assumem são políticos de alguma experiência. Já foram deputados federais ou estaduais, prefeitos, senadores ou governadores, como revelam seus currículos. O que ninguém nega entre as lideranças que permanecem é a sua tendência parlamentarista de primeiro momento.

## Collor apoia

“Se depender do presidente Fernando Collor, teremos parlamentarismo”, sustenta o senador Hugo Napoleão. Como lembra, não foi apenas uma ou duas vezes que Collor, em reuniões com a bacanda do PFL, defendeu um governo parlamentarista. E quem acompanhou a sua campanha eleitoral sa-

be que está nos seus planos governar o País por um período de dez anos, cinco como presidente e outros cinco como primeiro-ministro. Ele comentava fartamente seus encontros com o primeiro-ministro espanhol, Felipe Gonzales. O núcleo destas trocas de idéias giravam sempre em torno de um período mínimo para executar um programa de governo, que nunca seria menor do que dez anos. Collor procurava também respaldo em outros exemplos, como o de Margareth Thatcher, na Grã-Bretanha.

Caso o parlamentarismo vença nestes próximos quatro anos, Collor pode se tornar o primeiro presidente da República que, seis meses antes das eleições de 1994, renuncie ao cargo para se candidatar numa eleição proporcional. “Ou talvez nem precise disto”, lembra Fernando Henrique — depende da forma que for estabelecida. Talvez nem precise se eleger. O que vai necessitar é de uma ampla maioria neste período e eleger outra maioria em 1994”.

Uma faixa de apoio que não tem no momento, pela pesquisa do Globo, ele balança numa vantagem nunca superior a 7%.